



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE/RO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0716598/2026/SEC-ADM/SUP-TI/DISO/ALERO

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Contratação de serviço técnico especializado em aperfeiçoamento de pessoal, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea 'f', da Lei nº 14.133/2021, por meio de inscrição no evento **DIGITAL TECH SHOW SP 2026 e CYBER SECURITY CONFERENCE 2026**, a ser realizado na modalidade presencial, nos dias **05 e 06 de maio de 2026**, no **Centro de Convenções Frei Caneca**, em São Paulo-SP.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Inscrição no Evento DIA 05 e 06	Unidade	3	R\$ 1.077,00 (Um Mil e Setenta e Sete Reais)	R\$ 3.231,00 (Três Mil, Duzentos e Trinta e Um Reais)

1.2 O evento presencial terá carga horária total estimada de 18 (dezoito) horas (das 09h às 18h em ambos os dias).

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A qualificação contínua do quadro de servidores públicos é um imperativo institucional e legal, conforme preconiza a legislação vigente. A presente solicitação tem por objetivo de promover o alinhamento entre liderança corporativa e os novos desafios da Cyber Segurança em um cenário de riscos crescentes e transformações digitais profundas.

Num cenário de ataques cada vez mais sofisticados, legislações rigorosas e transformação digital acelerada, a segurança da informação se tornou um tema da alta gestão, dos membros do conselho, e não apenas de equipes de TI. Este evento é o ponto de encontro para profissionais que sabem que proteger o negócio é, hoje, parte essencial da estratégia corporativa.

2.1.1 A qualificação contínua dos servidores da ALE-RO é indispensável para acompanhar a evolução tecnológica global, garantindo a eficiência e a modernização dos processos legislativos e administrativos.

2.2 Conforme Lei Complementar 1.056 de 26 de fevereiro de 2020, a Superintendência de Tecnologia da Informação, compete a coordenação, orientação, fiscalização e controle dos trabalhos pertinentes, dando suporte técnico ao planejamento, implantação e manutenção dos sistemas automatizados de informação, subsidiando a elaboração de planos e programas destinados ao desenvolvimento e utilização de tecnologias de informação, possuindo as seguintes atribuições:

- I - executar as atividades de processamento automático de dados;
- II - efetuar a implantação, documentação, avaliação e manutenção dos sistemas, bem como elaborar manuais de instrução para utilização pelos usuários;
- III - executar as atividades de organização e métodos, voltados para os sistemas de informações computadorizados;
- IV - promover o intercâmbio de dados com entidades conveniadas;
- V - atender as necessidades de assistência técnica aos serviços de hardware e software dos sistemas informatizados da Assembleia Legislativa;
- VI - promover a capacitação e atualização técnica do pessoal encarregado do serviço de

informática; entre outros.

2.3 A necessidade desta contratação decorre da urgência em capacitar o corpo técnico em áreas críticas para a governança pública moderna, especificamente:

- Cibersegurança e Compliance: Proteção de dados institucionais e conformidade com a LGPD.
- Inteligência Artificial (IA): Aplicação de IA Generativa e Analítica para otimizar a redação legislativa e a fiscalização de recursos.
- Automação de Processos (RPA): Implementação de fluxos automáticos para reduzir a burocracia e aumentar a produtividade setorial.
- Governança de Dados: Melhoria na transparência e no acesso à informação para o cidadão rondoniense.
- 120+ expositores nacionais e internacionais apresentando tecnologias que impulsionam eficiência, inovação e resultados;
- Acesso direto a fornecedores, soluções e tendências que estão moldando o futuro das empresas;

2.4 A participação no DIGITAL TECH SHOW 2026 E CYBER SECURITY CONFERENCE 2026 justifica-se por ser o maior hub de tecnologias para transformação digital do Brasil, reunindo mais de 120 empresas e especialistas de renome. O evento oferece acesso a 8 trilhas paralelas de conhecimento, permitindo uma imersão completa em soluções práticas aplicáveis ao serviço público.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução consiste no acesso a INSCRIÇÃO CONGRESSISTA da **DIGITAL TECH SHOW SP 2026**: Permite acesso nos dois dias, nas áreas de exposição e a qualquer um dos auditórios do evento como: RPA & AI TECH (dias 05 e 06/05), Fórum Mulheres de TI (dia 05/05), Fórum AI + Low-Code & No-Code (dia 05/05), Arenas Show Case (dias 05 e 06/05), AI Innovation Show (dia 05/05, **Cyber Security Conference (dia 06/05)**), permitindo a circulação livre pelos auditórios e arenas temáticas, tais como:

- Cyber Security Arena: Debates sobre proteção de infraestrutura crítica e defesa digital.
- Decisões sobre investimentos em segurança, compliance, treinamentos e tecnologias devem partir da liderança —é a reputação da “empresa” que está em jogo.
- Estratégias de cibersegurança para conselhos e diretoria
- Cultura de segurança e gestão de riscos corporativos
- Governança digital, compliance e LGPD
- Modelos de resposta a incidentes e continuidade de negócios
- Inovação e uso de IA na cibersegurança
- Casos reais de ataques e como grandes empresas reagiram

3.2 O objeto inclui material de apoio digital, acesso às apresentações pós-evento e certificado de participação, essencial para o registro no histórico funcional dos servidores.

3.3 Palestrante:

- Cezar Taurion (CEO da Ananque): Responsável pela palestra de abertura. É um dos principais nomes em tecnologia no Brasil, abordando como a cibersegurança se tornou um pilar estratégico para a alta gestão em 2026.

- Adriano Filadoro (CEO da Vigilant): Apresenta um caso real sobre a importância de "fazer o básico bem feito" na segurança digital, focando em resiliência e resposta a incidentes.

Moderadores e Painelistas

O evento conta com líderes de grandes empresas de segurança e tecnologia, divididos em painéis temáticos:

- Luciano Lima (Kaspersky): Arquiteto de soluções sênior, atua como moderador no painel sobre o novo cenário de ameaças (IA generativa e deepfakes).

- Alberto Bastos (Módulo Security): CEO e especialista em governança, modera a discussão sobre o "Fator Humano", cultura de segurança e fraudes.

- Edson Fontenelle (Núcleo): CISO e consultor de resiliência, lidera o painel focado em estratégias executivas, KPIs e orçamentos de segurança.

- Longinus Timochenco: Diretor de inovação e conselheiro de CISOs, focado em estratégias de defesa contra crimes profissionais.

- Elias Sfeir (ANBC/INDC): Traz a perspectiva da governança de dados e bureaus de crédito para o debate sobre conscientização e fraudes.

Outros Executivos Participantes

- Ramiro Rodrigues (Equifax Boa Vista): VP e CISO, focado em maturidade digital.

- Anderson Crispim (Wevy): CISO com visão regional (LATAM) sobre infraestrutura e segurança.

- Carlos Minami (Solfácil): Diretor de TI e Segurança, contribuindo com a visão de empresas em crescimento digital.

- Edison Fontes (NAVA): Consultor e CISO especializado em governança e continuidade de negócios.

- André Fleury: Especialista em cibersegurança com foco em arquiteturas modernas e colapso de modelos tradicionais de proteção.

O evento é focado em um público gestor de CyberSegurança e alta gerência, e os palestrantes foram selecionados para traduzir riscos técnicos em decisões estratégicas de negócio.

3.5 Diante da necessidade de capacitação técnica qualificada, a solução proposta destaca-se como a alternativa mais vantajosa, pois proporciona atualização aprofundada como uma medida estratégica e indispensável para o fortalecimento institucional, ministrada por profissionais de referência no setor. Dessa forma, a contratação desta capacitação garante a excelência do aprendizado e a correta aplicação da legislação, promovendo maior eficiência e segurança jurídica nas contratações públicas.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. A contratação será realizada via Inexigibilidade de Licitação, visto que o Congresso será realizado por empresa de notória especialização (Instituto Information Management - IIMAINFO) sendo realizada anualmente em diversos Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul desde o ano de 2018 segundo site <https://web.archive.org/web/20220706155636/https://iima.com.br/>, além de possuir conteúdo singular, <https://www.instagram.com/reel/DQmzaSJABEZ/>.

4.2 Não haverá subcontratação, sendo a responsabilidade integral da organizadora do evento.

4.3 A formalização se dará preferencialmente por Nota de Empenho, dada a natureza de entrega imediata da inscrição e integralidade do serviço nos dias do evento.

4.4 Tal serviço, por sua vez, não está relacionado à incidência de impactos ambientais, de modo que não se faz necessário elencar, neste documento, critérios de sustentabilidade para a referida contratação.

4.5 Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21 e razão da natureza do objeto.

4.6 O Termo de Contrato será substituído por Nota de Empenho, nos termos do parágrafo único do artigo 9º, Anexo III da Resolução nº 593, de 30 de outubro de 2024, e do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a natureza da presente contratação, caracteriza-se como contratações com entrega imediata e integral dos serviços prestado, da qual não decorrem obrigações futuras entre as partes.

4.7 A escolha pela Nota de Empenho, em vez do Termo de Contrato, reflete a racionalização dos procedimentos administrativos, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021, e visa atender ao princípio da eficiência, simplificando as formalidades para contratações, desde que respeitados os critérios estabelecidos pela legislação. Assim, em conformidade com os dispositivos legais citados, a formalização da contratação por meio de Nota de Empenho é plenamente compatível com o ordenamento jurídico vigente.

5 DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO.

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas e com as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, sendo cada parte responsável pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

5.2 Considerando que se trata de uma contratação com entrega única e de curta duração, que não gera compromissos futuros, a fiscalização e gestão serão realizadas de forma simplificada por servidor designado pelo setor demandante, conforme o disposto no Art. 60, Capítulo VIII, da Resolução nº 593, de 30 de outubro de 2024, que estabelece as disposições regulamentares sobre as atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

5.3 Independentemente do instrumento que formalizar a presente contratação, a regularidade da execução será atestada pelo setor requisitante, em conjunto com o Setor de Almoxarifado e Patrimônio e com a Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços.

5.4 A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo setor demandante.

5.5 O servidor responsável pela fiscalização registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando as providências necessárias para a regularização de eventuais falhas ou defeitos observados.

5.6 O servidor designado deverá informar seus superiores, em tempo hábil, sobre qualquer situação que demande decisão ou providência além de sua competência, permitindo a adoção das medidas cabíveis.

5.7 O contratado será responsável por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato que apresente vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua execução ou dos materiais empregados.

5.8 O contratado responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização ou o acompanhamento por parte da contratante excluam ou atenuem essa responsabilidade.

5.9 O contratado será exclusivamente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.10 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato.

5.11 As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.12 A Assembleia Legislativa de Rondônia poderá convocar representante da empresa contratada para adoção imediata de providências necessárias ao cumprimento do contrato.

5.13 A execução contratual observará as seguintes rotinas:

5.13.1 A avaliação da execução do objeto será baseada no ateste do servidor ou aluno quanto à devida prestação do serviço, incluindo cursos de capacitação, sendo que eventuais redimensionamentos no pagamento observarão os indicadores estabelecidos, nos seguintes casos:

a) quando a contratada não produzir os resultados esperados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) quando a contratada deixar de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los em quantidade ou qualidade inferior às estabelecidas no contrato;

c) no caso de inexecução total do serviço contratado, a contratada não fará jus ao pagamento do valor previamente acordado e empenhado;

d) caso o serviço seja prestado parcialmente, o pagamento da nota fiscal será proporcional às horas-aula efetivamente executadas.

6 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

6.1 A presente justificativa tem por finalidade embasar a contratação direta, com fundamento na inexigibilidade de licitação prevista no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, para a prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, voltados ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

6.2 O artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial na contratação de serviços técnicos especializados prestados por profissionais ou empresas de notória especialização. A alínea "f" do inciso III desse artigo contempla

expressamente os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, desde que preenchidos os requisitos de natureza predominantemente intelectual e de notória especialização.

6.3 A inexigibilidade de licitação justifica-se quando não houver concorrência viável, seja por razões de exclusividade ou especialização do prestador. No caso de treinamentos e aperfeiçoamento de pessoal, a inviabilidade de competição decorre dos seguintes fatores:

a) Conteúdo e metodologia exclusivos – O treinamento possui abordagem, técnicas e conteúdo desenvolvidos com base na experiência específica e no conhecimento aprofundado do prestador, não sendo passível de substituição sem prejuízo da qualidade e dos objetivos institucionais.

b) Notória especialização – O prestador dos serviços detém reconhecida experiência, reputação e conhecimento comprovado na área de atuação, demonstrados por meio de publicações, premiações, participação em eventos e formação acadêmica especializada.

c) Resultados comprovados – O treinamento proposto já foi aplicado em outras instituições, apresentando resultados positivos, o que evidencia a efetividade da metodologia e a expertise do prestador.

6.4 A contratação do serviço especializado de treinamento proporcionará os seguintes benefícios:

a) Capacitação qualificada dos servidores, alinhada às necessidades estratégicas da Administração Pública;

b) Atualização técnica baseada em melhores práticas do setor;

c) Aumento da eficiência na execução das atividades institucionais;

d) Redução de custos operacionais a longo prazo, em razão do aprimoramento profissional.

6.5 Ademais, a qualificação dos palestrantes/instrutores e a estrutura e metodologia do evento demonstram a total adequação da contratação à legislação vigente.

6.6 Diante do exposto, a contratação em epígrafe com fundamento na inexigibilidade de licitação prevista no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, mostra-se medida adequada e vantajosa para a Administração Pública, garantindo capacitação de qualidade e alinhamento com os princípios da eficiência e economicidade, sendo plenamente justificável, estando em conformidade com a legislação vigente e a jurisprudência aplicável.

7 JUSTIFICATIVA DE PREÇO

7.1 A contratada deve justificar o preço, de modo a demonstrar a razoabilidade do valor apresentado na proposta e assegurar a economicidade da contratação, considerando, preferencialmente:

a) os preços praticados pela contratada em outras contratações públicas ou privadas;

Abaixo tabela comparativa com preços justificados, referentes ao primeiro Lote de ingressos ao Congresso:

ITEM	TOMADOR DE SERVIÇOS	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Justificativa (0718720)	CCM EVENTOS LTDA	Inscrição no Evento DIA 05 e 06	Unidade	3	R\$ 1.077,00 + 64,62 de Taxas**	R\$ 3.295,62
Justificativa (0718721)	COOPFORTE COOPERATIVA DE CRÉDITO DE INVESTIMENTOS LTDA	Inscrição no Evento DIA 05 e 06	Unidade	1	R\$ 997,00*	R\$ 997,00
Justificativa (0718723)	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	Inscrição no Evento DIA 05 e 06	Unidade	1	R\$ 997,00*	R\$ 997,00
Justificativa (0718725)	SIPAM	Inscrição no Evento DIA 05 e 06	Unidade	1	R\$ 997,00*	R\$ 997,00

*Valor Referente Ao Primeiro Lote do Evento.

**Valor Referente Ao Segundo Lote do Evento e compra pelo site.

- b) os valores constantes em bases oficiais, publicações ou estudos setoriais;
- c) a compatibilidade com contratações similares da Administração;
- d) os custos detalhados da execução, quando aplicável.

7.2 A justificativa não se confunde com a pesquisa de preços e deve analisar criticamente a adequação do valor ao mercado e à singularidade do objeto.

7.3 A consulta a outros fornecedores é permitida para aferição da razoabilidade do valor, mas não para seleção com base no menor preço.

7.4 A contratação em tela refere-se à congresso DIGITAL TECH SHOW 2026, com duração de 18 horas, destinada a 2 vagas de servidores desta Casa Legislativa.

Proposta para a Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO)

7.5 A proposta apresentada à Assembleia Legislativa, conforme o ID Proposta (0716590) Inicial e Proposta Readequada 2 (0718589) , para o (18 horas), destinado a 3 vagas, mantém a coerência com o valor unitário praticado a outras contratações por parte da empresa.

trata-se da INSCRIÇÃO CONGRESSISTA: Permite acesso nos dois dias, nas áreas de exposição e a qualquer um dos auditórios do evento como: RPA & AI TECH (dias 05 e 06/05), Fórum Mulheres de TI (dia 05/05), Fórum AI + Low-Code & No-Code (dia 05/05), Arenas Show Case (dias 05 e 06/05), AI Innovation Show (dia 05/05, **Cyber Security Conference (dia 06/05).**

7.6 Consistência de Preço: O valor unitário proposto de R\$ 1.197,00 mais taxas para a Assembleia Legislativa.

7.7 Economia de Escala: Observa-se que para grupos maiores (2 a 4 pessoas), a empresa reduz o valor unitário para R\$ 1.077,00 e mais R\$ 64,62 de taxas de conveniência do site <https://www.sympla.com.br/evento/cyber-security-sp-2026/3215251?algoliaID=91624b59a9cc2c77b3ffe507972ccb33> na presente data de 24/03/2026 , sendo que para três servidores o valor **sem taxas** será de R\$ 3.231,00 (Três Mil, Duzentos e Trinta e Um Reais) , conforme quadro comparativo abaixo:

Descrição do evento

CYBER SECURITY CONFERENCE 2026
6 de maio de 2026 | Centro de Convenções Frei Caneca – São Paulo (SP)
Evento Integrante da Feira Digital Tech Show 2026.

Cibersegurança começa no topo
Uma conferência estratégica para C-Levels, conselheiros e executivos que lideram a transformação digital e precisam proteger o negócio em um cenário de riscos crescentes.
A Cyber Security Conference promove o alinhamento entre liderança corporativa, governança e gestão de riscos, tratando segurança da informação como tema de conselho e diretoria — não apenas de TI.

Por que um evento para a alta gestão?
Cibersegurança é estratégia e governança, não só tecnologia;
Executivos precisam compreender riscos, impactos e responsabilidades legais (LGPD, auditorias, sanções);
Decisões sobre investimentos, compliance, treinamentos e tecnologias devem partir da liderança a reputação da empresa está em jogo.

O que você vai encontrar
Estratégias de cibersegurança para conselhos e diretoria;
Cultura de segurança e gestão de riscos corporativos;

Escolha uma opção

- CONGR. INDIVIDUAL LOTE 2
R\$ 1.197,00
em até 12x
Inscrições até 31/03/2026
- CONGR. GRUPO 2 A 4 INSCR. LOTE 1
R\$ 1.077,00
em até 12x
Inscrições até 31/03/2026
- CONGR. GRUPO 5 A 9 INSCR. LOTE 1
R\$ 957,00
em até 12x
Inscrições até 31/03/2026
- CONGR. GRUPO + DE 10 INSCR. LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Inscrição no Evento DIA 05 e 06	Unidade	3	R\$ 1.197,00* + 64,62 de Taxas	R\$ 3.295,62

1	Inscrição no Evento DIA 05 e 06	Unidade	3	R\$ 1.077,00	R\$ 3.231,00
----------	--	----------------	----------	---------------------	-------------------------

*Valor Referente Ao Segundo Lote do Evento, ingresso individual e compra pelo site.

7.8 Portanto, a proposta para a Assembleia Legislativa está alinhada com os menores preços por inscrito em relação ao ingresso individual e a compra pelo Site, pois não há incidência de taxas.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inc. III, alínea “f” da Lei n.º 14.133/2021, em razão da notória especialização dos instrutores e da robustez do conteúdo programático estabelecido, conforme evidenciado no presente Termo de Referência.

8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

e) 8.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.3 Para fins de habilitação Jurídica, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas

administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Para fins de qualificação técnica, deverá o interessado apresentar:

a) Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

b) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I. Conter clara e precisa identificação do fornecedor do atestado de capacidade técnica;

II. Identificação do responsável pela expedição e assinatura;

III. Descrição do produto ou objeto licitado/adquirido.

c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

e) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

f) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.6 Disposições gerais sobre habilitação:

a) Para fins de qualificação Econômico-Financeira a interessada deverá apresentar certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9 VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor total da contratação é de R\$ 3.231,00 (Três Mil, Duzentos e Trinta e Um Reais) conforme Proposta Readequada 2 (0718589) do evento para 3 participantes .

9.2 No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10 PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado por intermédio de depósito em conta bancária da contratada,

respeitadas as condições previstas no instrumento convocatório ou no contrato.

10.2 O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, conforme os termos e condições estabelecidos na Resolução nº 593, de 30 de outubro de 2024.

10.3 Dados Bancários:

Responsável Legal: Airton Eduardo David

Banco: SICREDI (748)

Agência: 0726-5

Conta corrente: 28.787-6

11 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3 Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;

11.4 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato

11.5 Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;

11.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1 Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta.

12.1.2 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.1.4 Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para inexigibilidade ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

13.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

13.2.4 Multa:

a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

b) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

c) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º Lei n. 14.133).

13.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º Lei n. 14.133).

13.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 Lei n. 14.133).

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º Lei n. 14.133):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n. 14.133).

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação

da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21

14 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Assembleia Legislativa de Rondônia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Ação: 2253 PROMOVER A CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

II. Natureza da Despesa: 33.90.39.26 CURSOS, TREINAMENTOS E APERFEIÇOAMENTO

III. Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 Recursos não Vinculados de Impostos.

IV. Valor: R\$ 3.231,00 (Três Mil, Duzentos e Trinta e Um Reais)

15 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16 CONSIDERAÇÕES GERAIS

16.1 A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) é dispensada nas seguintes hipóteses de contratação direta, conforme o § 1º do Art. 1º do Anexo II da Resolução nº 593/2024:

I. Art. 75, incisos II, III, IV, VII e VIII da Lei nº 14.133/2021.

II. Art. 74, inciso III, alínea “f” e na contratação de palestrantes

16.3 As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente Termo de Referência.

DAS ASSINATURAS

Rafael Ribeiro da Frota

Superintendente de Tecnologia da Informação

Kim Rober Leite de Lima Sampaio

Superintendência de Tecnologia da Informação

Cristiano José Frassato

Superintendência de Tecnologia da Informação

Aprovo o presente Termo de Referência,

nos termos da Resolução nº 593

de 30/10/2024 artigo 17 Inciso II.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA

Secretário Geral



Documento assinado eletronicamente por **Kim Rober Leite de Lima Sampaio, Encarregado de Proteção de Dados - DPO**, em 31/03/2026, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano José Frassato, Analista Legislativo**, em 31/03/2026, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ribeiro da Frota, Superintendente de Tecnologia da Informação**, em 31/03/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gago da Silva, Secretário Geral**, em 01/04/2026, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0716598** e o código CRC **C0CE920A**.

Referência: Processo nº 100.17312.000005/2026-95

SEI nº 0716598

Av. Farquar, 2562 - Bairro Arigolândia - CEP 76801-189 - Porto Velho/RO

Site www.al.ro.leg.br